

FRANCIELLI GASPARIN

**A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO
PARANÁ – PÓS II GUERRA MUNDIAL – E SUAS IMPLICAÇÕES**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas, Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Borja
Baptista de Magalhães Filho

CURITIBA
2003

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para realização e divulgação deste trabalho, especialmente a meus pais pela amizade e paciência.

Agradeço ao professor e orientador Francisco de Borja Baptista Magalhães Filho, pela compreensão e pelo gentil acompanhamento de meus estudos.

Também dedico meus agradecimentos à banca examinadora formada pelos professores Igor Zanoni Constant Carneiro Leão e Denise Maria Maia pelas críticas e orientações finais que contribuíram para o desenvolvimento do meu trabalho de graduação.

SUMÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO	II
DEDICATÓRIA	III
SUMÁRIO	IV
LISTA DE GRÁFICOS	V
LISTA DE TABELAS	V
RESUMO	VI
1 INTRODUÇÃO	1
2 A CAFEICULTURA NO BRASIL	4
2.1 A CULTURA DO CAFÉ NO PERÍODO QUE ANTECEDEU A II GUERRA MUNDIAL	4
2.2 A CAFEICULTURA NO BRASIL DURANTE A II GUERRA MUNDIAL.....	6
2.3 A CAFEICULTURA NO BRASIL NO PERÍODO QUE SE SEGUIU A II GUERRA MUNDIAL ATÉ 1964.....	8
2.4 O CAFÉ SOB A DITADURA DE 1964 ATÉ A DÉCADA DE 1990.....	11
2.5 O CAFÉ NO BRASIL NA DÉCADA DE 90 ATÉ 2003.....	13
2.6 PERSPECTIVA QUANTO ÀS EXPORTAÇÕES DO CAFÉ BRASILEIRO.....	20
2.7 BARREIRAS ÀS EXPORTAÇÕES DO CAFÉ E A DESREGULAMENTAÇÃO.....	21
2.8 O MERCADO INTERNO DE CAFÉ	23
2.9 A INDÚSTRIA DO CAFÉ E OS NOVOS PRODUTOS	23
3 CAFEICULTURA NO PARANÁ	26
3.1 A CAFEICULTURA NO ESTADO, NO PERÍODO EM QUE ACONTECEU A II GUERRA MUNDIAL	26
3.2 A CULTURA DO CAFÉ NO PERÍODO APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL.....	28
3.2.1 Período 1960/1990	30
3.2.2 Período de 1990 até 2003.....	36
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: CAFÉ NO BRASIL - ÁREA COLHIDA 1990/1999	14
GRÁFICO 2: PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ - 1990/1999	16
GRÁFICO 3: CAFÉ - PARANÁ - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE CAFÉ ADENSADO - 1994 - 1999.....	36
GRÁFICO 4: CAFÉ - PARANÁ - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO - 1995 - 1999	37
GRÁFICO 5: CAFÉ - PARANÁ - PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS NA PRODUÇÃO ESTADUAL	38
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO PARANÁ 1995 A 2003.....	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL (1930 A 1940).....	5
TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PRODUTIVA COM CAFÉ NO BRASIL.....	15
TABELA 3: PRODUÇÃO CAFÉ BENEFICIADO SAFRA 2002/2003.....	17
TABELA 4: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ VERDE 1990/97.....	18
TABELA 5: QUANTIDADE E RECEITA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ SOLÚVEL	24
TABELA 6: EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ, POR PORTO DE EMBARQUE 1947/1967 - Em 1.000 sacas de 60Kg.....	27
TABELA 7 : EVOLUÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE DE CAFÉ	32
TABELA 8: POPULAÇÃO CAFEIEIRA - PARANÁ - BRASIL - 1960 A 1980 (1000 COVAS).....	33
TABELA 9: VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PLANTADOS NO PARANÁ	34
TABELA 10: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS GRANDES EMPRESAS DO PARANÁ NO VALOR AGREGADO (VA) DE PRODUTOS INDUSTRIAIS - 1970/1980	35
TABELA 11: ÁREA PLANTADA NO PARANÁ (em ha)	39

RESUMO

O café, um dos produtos mais tradicionais da pauta de exportação brasileira, teve grande participação na formação histórica e econômica do país, se tornando um dos maiores geradores de renda e riqueza também para o estado do Paraná, especialmente nas décadas de 50 e 60. O presente trabalho apresenta fundamentalmente o papel desempenhado pela cafeicultura no processo de industrialização paranaense e as dificuldades encontradas pelo estado para integrar-se economicamente no mercado nacional. Para tanto foi necessário fazer um resgate histórico do café no Brasil e expor alguns fatos considerados necessários para interpretação das várias fases de desenvolvimento da economia paranaense. A importância da cafeicultura para o processo de industrialização do Estado é explicada através dos seguintes fundamentos: as vantagens oferecidas pela cafeicultura foram de tal forma atraentes, que o estado do Paraná concentrou, durante muitos anos, a maior parte dos seus recursos disponíveis apenas nesta atividade, tornando-a a principal condutora da economia. Como consequência, criou-se uma relação de extrema dependência com o café, o que impossibilitou o desenvolvimento de outras atividades, especialmente a industrial. A ausência de uma estrutura produtiva industrial, levou o Estado à necessidade de importar produtos industrializados, implicando na transferência de renda e emprego àqueles estados mais dinâmicos, como São Paulo. Assim, ao mesmo tempo em que a cafeicultura paranaense foi a maior responsável pela rápida transformação econômica do estado em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criou barreiras ao aparecimento das atividades industriais, tornando o Paraná uma economia periférica caracterizada durante muitos anos por um período de estagnação industrial relativa e com vínculos de dependência cada vez maiores em relação à São Paulo. Portanto a contínua relação de dependência e da condição de economia periférica que o estado viveu ao longo de sua história, contribuiu para que o processo de industrialização se realizasse tardiamente, criando dificuldades à sua integração no mercado nacional e no seu processo de desenvolvimento econômico.

1 INTRODUÇÃO

A história do café no Brasil inicia-se em 1727, quando o café foi trazido pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta. O café começou a aparecer no Brasil em 1731, sendo que as primeiras plantações que se tem notícia surgiram em 1731, no Pará, em locais próximos a Belém. A primeira exportação de café brasileiro ocorreu em 1732, com 7.000 libras de café, pelo barco Santa Maria e, em 1734, a exportação já se elevava a 3.000 arrobas. Em 1735, a Câmara Municipal de Belém solicitava, ao Reino de Portugal, medidas protecionistas em favor do café paraense, pois o preço pago em Portugal era insuficiente para manter as plantações e alguns já as estavam abandonando. (MACHADO, 2003)

Na região de Campinas, em São Paulo, o primeiro cafeeiro foi plantado em 1797, no quintal da residência do Sargento-Mor Raimundo Álvares dos Santos Prado. Aparentemente, datam de 1787 as primeiras exportações de café de São Paulo, provavelmente produzido no Vale do Paraíba e em Ubatuba. No Paraná, é difícil precisar os primórdios de cultivo de café, uma vez que, na época colonial, estavam ligados ao território paulista os portos de Paranaguá, Antonina e Guaratuba, regiões onde, em 1807, o café já era cultivado. (MACHADO, 2003)

Aos poucos, os cafezais de São Paulo e do Brasil foram se diversificando. Em 1852, chegaram ao Brasil sementes de café Bourbon Vermelho. Com a grande expansão do cultivo do café, algumas variedades surgiram no Brasil, devido a raras mutações, que ocorreram normalmente, ou devido a recombinações de fatores genéticos, a partir de hibridações naturais entre os cultivares existentes.

Em 1849/50, a produção brasileira de café atingiu a 40% da produção mundial, chegando a contribuir com 70% do valor das exportações brasileiras no período de 1925/29, embora tenha ao longo do tempo diminuído essa participação, dada a contínua diversificação da pauta de exportações, mas constitui-se ainda hoje, um expressivo gerador de divisas.

A partir de 1982, a cafeicultura passou por três distintas fases no Brasil, que compreenderam, respectivamente, os períodos de 1982 a 1985, 1986 a fevereiro de 1990, e março de 1990 até a presente data. (BACHA, 1998)

De 1982 a 1985, com o término do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), houve a consolidação de um novo parque cafeeiro, constituído durante a década de 70 e iniciado na de 80 com os créditos subsidiados do PRRC. Em 1986, começou a ser desmantelada a estrutura do Instituto Brasileiro do Café (IBC), criado em 1952. Esse órgão centralizava a política de controle da produção, industrialização, comercialização, exportação e pesquisa do café. (BACHA, 1998)

Em março de 1990, foi extinto o IBC, adentrando a cafeicultura em nova fase, caracterizada pela ausência do Estado nas atividades de controle de produção, industrialização e exportação de café e pela reduzida participação estatal nas atividades de comercialização e pesquisa desse produto.

Após a extinção do IBC, surgiram expressivas mudanças na cafeicultura brasileira, com destaque para a maior influência dos mercados futuros na determinação dos preços internos e mudanças tecnológicas nos plantios.

No Paraná, a cafeicultura influenciou a sua economia por muito tempo, favorecendo o seu desenvolvimento, graças às suas terras férteis, a facilidade de aquisição de terras, clima adequado e outros fatores.

Além desses fatores, a procura de terras roxas e novas que possuíam alta rentabilidade na produção cafeeira e o incentivo do governo estadual, favoreceram a expansão dos cafezais no Estado.

A cafeicultura paranaense caracterizou-se com aspectos particulares, apresentando uma evolução diferenciada, em virtude das características próprias do seu meio ambiente, dos trabalhadores e de conjunturas diferentes.

O objetivo desta monografia é analisar a influência da cafeicultura no processo de industrialização do Paraná, no período pós 2ª Guerra Mundial e suas implicações.

Para alcançar esse objetivo, o primeiro capítulo após a introdução se inicia com o retrospecto breve da cafeicultura no Brasil, mostrando seus aspectos antecedentes e pós-II Guerra Mundial.

A partir desses conhecimentos, em que é mostrada a evolução da cafeicultura no Brasil e onde são relatadas as principais políticas concernentes ao setor; a terceira parte desse trabalho faz uma análise da cafeicultura no Paraná, mostrando a sua influência na industrialização do Estado, também no período que antecedeu a II Guerra Mundial. Cabe a esse capítulo, demonstrar as mudanças estruturais na industrialização do Estado, no qual o café teve a sua participação.

2 A CAFEICULTURA NO BRASIL

2.1 A CULTURA DO CAFÉ NO PERÍODO QUE ANTECEDEU A II GUERRA MUNDIAL

Durante a crise econômica norte-americana de 29 o Brasil, como nação produtora de bens primários, sofreu muito com essa crise, haja visto que a sua pauta de exportações dependia praticamente do café e que naquela época, ocorreu “o desequilíbrio máximo, quando a produção atingiu 28.941.000 sacas e a exportação 14.281.000”. (FURTADO, 1963, p. 5)

A crise de 1929 provocou uma queda nas exportações de um valor de 95.000.000 de libras esterlinas em 1929, para 65.000.000 em 1930, como revela LIMA. (1976, p. 347)

Com os estoques de café aumentando e as vendas praticamente paradas, o Brasil, em 1931, possuía uma disponibilidade de 35,5 milhões de sacas, o que para a época era considerado um estoque grande demais. Ocorreu assim, um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura e, como diz FURTADO¹ *apud* LIMA (1976, p. 348) “o único meio para evitar tal situação teria sido a adoção de uma política de preços baixos para o café e estímulo de outras produções, suplementado por subsídios”.

Com essa situação, o Governo Federal foi obrigado a equacionar os problemas do café, que eram os seguintes, segundo FURTADO (1979, p. 186):

- a) Que mais convinha, colher o café ou deixá-lo apodrecer nos arbustos, abandonando parte das plantações como uma fábrica cujas portas se fecham durante a crise?
- b) Caso se decidisse colher o café, que destino deveria dar ao mesmo? Forçar o mercado mundial, retê-lo em estoques ou destruí-lo?
- c) Caso se decidisse estocar ou destruir o produto, como financiar essa operação? Isto é, sobre quem recairia a carga, caso fosse colhido o café?

¹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, p. 212.

Diante dessas dúvidas, o governo adotou as medidas que lhe pareciam mais acertadas: reduziu os estoques através de sua destruição física e novos métodos de classificação. Em 1931, o Governo Federal chamou para si a responsabilidade com essa situação, criando em 16 de maio daquele ano, o Conselho do Café, destinado a disciplinar as atividades cafeeiras.

Getúlio Vargas que assumira o governo, optou pela queima do café para disciplinar o mercado e impedir que o aumento excessivo da produção e dos estoques provocasse uma depressão nos mercados mundiais, o que afetaria drasticamente a economia brasileira dependente das divisas advindas do café.

A retenção de estoques, através da compra pelo governo federal, evitou que o país experimentasse um colapso na procura interna, que conjugada com uma desvalorização da moeda, foi um estímulo para o crescimento da indústria nacional. “Ao mesmo tempo, investimentos desviados para o setor de exportação eram atraídos pelos lucros mais altos advindos da produção industrial” (SKIDMORE² *apud* DUQUE, 1976, p. 33). Esse movimento acelerador da industrialização continuou, como pode ser observado na tabela 1. A redução das importações contribuiu para que a produção industrial brasileira se libertasse dos vários entraves que a tolhiam, como a concorrência externa.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL (1930 A 1940)

PRODUTOS	1930	1935	1940
Cimento (t)	87.160	366.261	744.763
Ferro gusa (t)	35.305	64.082	185.570
Aço laminado (t)	25.895	52.358	135.293
Álcool (1.000 l)	32.290	62.000	126.600
Tecidos de algodão (t)	47.600	75.300	82.200
Papel (t)	53.200	92.000	121.000
Pneumáticos	-	-	236.189
Câmara-de-ar	-	-	186.579
Carvão	385.000	840.000	1.336.000

FONTE: LIMA (1976, p. 358).

²SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969, p. 66.

Esse movimento de industrialização atingiu toda a economia brasileira, embora recebesse a crítica dos setores dominantes da política nacional. No cenário externo, o Brasil, a partir de 1930, manteve uma posição de reconquista dos mercados mundiais, com relação ao café.

A produção mundial do café no período 1930-40 foi de 33 milhões de sacas anuais, mas o consumo permaneceu ao nível médio de 24,6 milhões de sacas, com o Brasil produzindo 22,9 milhões de sacas, assegurando-lhe uma liderança absoluta no setor.

Quanto ao cultivo do café, no período de 1933 haviam no Brasil 2,9 bilhões de pés, diminuídos para 2 bilhões em 1944.

Os reflexos da crise de 1929 no setor do café foram:

- a) preços bastante baixos, com o governo procurando manter um controle do plantio e da exportação;
- b) acúmulo de vultoso estoque no Brasil, com o governo optando por sua destruição.

Diante desses problemas, o governo interviu na cafeicultura, extinguindo o Conselho Nacional do Café e criando, em fevereiro de 1933, o Departamento Nacional Café (DNC), subordinado ao Ministério da Fazenda. Esse órgão tinha a incumbência de procurar promover a recuperação da economia nacional, podendo intervir na economia cafeeira. Cabia também ao DNC a tarefa de encontrar um equilíbrio entre produção e consumo executado através da compra, estocamento e queima do café.

2.2 A CAFEICULTURA NO BRASIL DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

Com as economias fechadas, os países em guerra praticamente deixaram de comprar o café brasileiro. O Brasil que tivera em 1937 uma participação nos mercados mundiais de 48%, elevando-se para 57,2% em 1938 e 57,4% em 1939, voltou a declinar em 1940, quando desceu para 53,6% (DUQUE, 1976, p. 35). Este cenário deixou reflexos terríveis no país: perderam-se cerca de sete milhões de sacas anuais. Vale dizer que a safra de 1940-41 foi de 20,9 milhões de sacas, somando-se a um

estoque de 6 milhões, chegaram-se a 26,9 milhões de sacas, com uma exportação prevista de apenas 13 milhões de sacos. Diante dessa situação, o DNC e o governo federal resolveram recolher 10,9 milhões de sacas. Com a safra de 1941-42 estimada em 12,7 milhões de sacas, o Brasil nesse período, possuía um estoque de 20,2 milhões de sacas, para uma exportação de 11 milhões de sacas, ou seja, o País possuía um excesso de 9,2 milhões de sacas.

Com as geadas de 1942, os estados produtores de café resolveram proibir o plantio de café no Brasil até 30 de junho de 1943. Em suma, no período que vai de 1931 a 1945, o governo federal retirou do mercado 95,5 milhões de sacas, queimando 78 milhões.

O Acordo de Washington, em 1942, no qual o Brasil participou, estabelecia um preço fixo para o café brasileiro quando destinado ao mercado norte-americano. Esse preço, contudo, favorecia mais aos americanos e funcionou como um fator claro de empobrecimento das nações produtoras entre 1942 e 1946.

A entrada do Brasil na II Guerra, em 1942, trouxe uma série de incentivos às indústrias, favorecendo em São Paulo a produção de açúcar, algodão, óleos vegetais, lã e carne. Os outros estados contribuíram com o fornecimento de borracha, carvão mineral, juta e outros. O café sofreu algum desencorajamento, por causa do rígido controle de preços e de cotas de exportação.

O Governo de Getúlio Vargas, em 1943 adotou uma política industrialista, incentivando a criação de indústrias de base, proteção e incentivos às médias e pequenas empresas e a modernização do parque industrial já instalado. Essas medidas, segundo o governo, eram necessárias, porque o País precisa mudar seu perfil: de país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, para um país industrial.

A política intervencionista do Governo, aliada à conjuntura internacional determinada pela II Guerra Mundial, favoreceu o Brasil e ao final de 1945, as reservas do país totalizavam 708 milhões de dólares.

2.3 A CAFEICULTURA NO BRASIL NO PERÍODO QUE SE SEGUIU A II GUERRA MUNDIAL ATÉ 1964

No entanto, após 1946, com a ascensão do Governo Dutra, a ruptura política com os ideais do governo anterior permitiu que fosse adotada uma política econômica inspirada no economista Eugênio Gudin, como também a premissa de que o Brasil era um País agrícola, pulverizava as iniciativas de industrialização e permitia que se importassem bens de consumo supérfluo, em detrimento da aquisição de máquinas e equipamentos de tecnologia que o país necessitava.

Além disso, os preços dos produtos de exportação brasileiros aumentaram em média 23% e os importados, cerca de 79% em 1946. Esse fato piorava as relações de troca do Brasil, como também, permitiu uma rápida exaustão das reservas cambiais.

Acuado em sua política errônea, o Governo Dutra adotou um controle cambial mais rigoroso, tentando controlar as importações, criando inclusive, o Plano SALTE, destinado a controlar os gastos públicos, através de ações voltadas aos setores de: energia, saúde, alimentação e transportes.

O café, entre 1945 e 1948, trouxe grandes lucros aos cafeicultores, devido a elevação dos preços do produto. Em 1946, 36% das divisas entradas no Brasil eram provenientes da exportação cafeeira, elevando-se em 48, para 42%, atingindo até 74%, em 52. (DUQUE, 1976, p. 42)

A década de 50 trouxe de volta o ex-ditador Getúlio Vargas, eleito pelo povo à Presidência da República, que impulsionou a industrialização no país e passou o Brasil de uma economia de base agrícola para uma economia industrial moderna. É dessa época a criação do Banco do Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e o Plano Nacional de Eletrificação e a Criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Com as alterações meteorológicas de 1953 (geadas no Paraná), houve uma redução das áreas produtivas do estado e da produção para o ano-safra 1953-54, sendo calculadas as disponibilidades exportáveis em torno de 36,5 milhões de sacas,

enquanto o consumo interno era de 36 a 37 milhões de sacas. Com isso, os preços subiram rapidamente.

No período de 1954-55, o Brasil introduziu várias mudanças na sua política cafeeira, com a finalidade de obter melhores preços para o produto. Foram oferecidas bonificações cambiais provenientes dos exportadores de café, através das Instruções números 99, 109 e 114 da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC.

Em 1954, criou-se um Comitê Organizador do Bureau Internacional do Café, um órgão internacional responsável pela criação de um Acordo Internacional, congregando todos os produtores de café da África, da Ásia e das Américas. Essa entidade tinha algumas funções, como a criação de um sistema de coleta de dados estatísticos que permitia conhecer os problemas da indústria cafeeira e uma política de expansão do consumo mundial, utilizando-se de propaganda e de pesquisas de novos usos do produto.

O Brasil e a Colômbia assinaram em Washington no ano de 1956, um acordo que permitia disciplinar a oferta do produto. Entretanto, foi em 1958 que os dois países firmaram o Convênio Latino-Americano do Café, que estipulava uma retenção da safra brasileira em 40% e a Colômbia sofreu um corte de 10% nas suas exportações. Como a safra brasileira de 1959-60 foi de 44 milhões, assinou-se em Washington, em 1959, o Convênio Internacional do Café, que permitiu uma estabilização do mercado. Ao que tudo indica, esse Convênio não beneficiou muito o Brasil, pois após um ano da assinatura, o Brasil retirou 18 milhões de sacas do mercado cafeeiro e não conseguiu preenchê-lo.

Sob o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) foi implantado o Plano de Metas, cujos objetivos eram a rápida industrialização do país e a substituição das importações de bens de consumo duráveis, como automóveis e os bens de consumo não-duráveis, como combustíveis líquidos além da siderurgia, alumínio e outros. O Plano de Metas abrangia quatro setores básicos da economia nacional: transportes, energia, alimentação e indústria de base. As idéias de Kubitschek, no que se refere à industrialização podem ser assim sintetizadas:

A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um país de população crescente, com um grande mercado potencial e dotado de adequados recursos naturais. Além de representar, em si, um estágio econômico evoluído, ela permite a substituição de importações e a diversificação dos artigos de exportação. Mais ainda, determina o progresso da agricultura, pela valorização dos mercados de alimentos e matérias-primas, pelo estímulo à introdução de tecnologia agrícola avançada e pela absorção dos excedentes de mão-de-obra que se formam nos campos. (DUQUE, 1976, p. 57)

A política industrializadora de JK consolidou-se e o crescimento *per capita* do Brasil foi três vezes maior que o restante do continente latino-americano. “O ritmo de crescimento da produção industrial ultrapassou 80%, com destaques para as indústrias do aço, com 100%, as indústrias mecânicas com 125%, as indústrias elétricas e de comunicações com 380% e as indústrias de equipamentos de transportes com 600%”, segundo SKIDMORE³ citado por DUQUE (1976, p. 56). Quanto à agricultura, somente no final de seu governo JK propôs a criação de uma estrutura de transformação e de elaboração em relação ao café.

Após o término do mandato de JK assumiu a presidência do País, o ex-governador de São Paulo Jânio Quadros, que adotou um programa antiinflacionário, com reformas do sistema cambial, simplificando diversas taxas e desvalorizando o cruzeiro em cem por cento. Essas medidas foram aplaudidas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. As medidas impopulares de JQ eram: restrição de crédito, salários congelados, corte nos subsídios de importação, elevação violenta do custo de vida, trazendo muito desgaste para seu governo.

Todas essas medidas revelaram-se pouco profícuas e o que caracterizou o governo de Jânio Quadros foi a total ausência da prática de planejamento a longo prazo. Com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, assume o Vice-Presidente João Goulart. Seu governo caracterizou-se como de instabilidade muito grande, com problemas políticos e econômicos de toda ordem. “Mesmo assim, a economia brasileira entre 61 e 64, apresentou as seguintes taxas de crescimento: 7,3%; 5,4; 1,6 e 3,1%. A taxa de inflação nesse mesmo período foi de 38,1%; 53,3%; 73,5%

³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969, p. 204.

e 91,6%, demonstrando o seu paulatino crescimento”. (SIMONSEN⁴ *apud* DUQUE, 1976, p. 60)

Nesta época é notória a participação de Celso Furtado, que elaborou o Plano Trienal nos anos 63, 64 e 65, que deveria reduzir a taxa de inflação para níveis de 10% em 1965, recuperar o índice de crescimento do país a uma taxa de 7% e outras reformas nas áreas educacionais, agrárias e administrativas. Contudo esse Plano foi duramente combatido tanto pela Esquerda como pela Direita que passam a hostilizá-lo, forçando a que o próprio Goulart reduzisse a sua influência dentro do governo.

Quanto ao café neste início da década de 60, o governo manteve uma posição de manutenção e uma limitação da oferta no mercado internacional. Internamente evitou-se uma política estimuladora ao produtor. A sobra de 12 milhões de sacas em 1961 foi fruto da política de garantia de preços e compra dos excedentes adotadas pelo Governo. Aliás, nesse ano o Governo Brasileiro criou o “Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura – GERCA, destinado a erradicação de dois bilhões de cafeeiros anti-econômicos.

Em 1962 o Acordo Internacional do Café, estabeleceu uma cota ao Brasil, num total de 18.000.000 de sacas, correspondente à 39,41% da demanda mundial. Com a deposição de Jango Goulart, assume um governo forte e centralizador, sobretudo no campo econômico, encabeçado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco em 1964.

2.4 O CAFÉ SOB A DITADURA DE 1964 ATÉ A DÉCADA DE 1990

Sob o governo militar de 1964, o Brasil sofreu muitas transformações. No aspecto econômico procurou-se reduzir a taxa inflacionária, incentivar a exportação dos bens agrícolas, minerais e industrializados, criando-se vantagens para a penetração de capital externo e de novas tecnologias, além de adotar uma política trabalhista de contenção de elevações salariais em todos os setores produtivos da sociedade brasileira e medidas destinadas a modernização das estruturas urbanas.

⁴ SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2001**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1969, p. 314.

Criou-se neste governo o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG em vigor de julho de 1964 a março de 1967, com os seguintes objetivos:

- a) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 62/63;
- b) conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966;
- c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;
- d) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente afluí ao mercado de trabalho;
- e) corrigir a tendência a *déficits* descontrolados da balança de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA⁵ *apud* DUQUE, 1976, p. 64)

Em relação ao café, no ano de 1964, o Presidente Castelo Branco, sancionou a Lei que isentava os direitos alfandegários para aquisição de equipamentos importados para o estímulo do setor de café solúvel. É nesse período que apareceram muitas empresas de café solúvel, como a FRUSOL (1966) em Campinas (SP), a Companhia Industrial de Café Solúvel – Dínamo (1967) e a CSN – Café Solúvel Natural Ltda. (1968) em São Paulo e São José dos Pinhais (DUQUE, 1976). No período de 1967 até 1969, o governo determinou o estabelecimento de preços internos desestimulantes que prevaleceram até 1969.

Os fatos relevantes do período que vai de 1969 a 1976, são:

- a) os efeitos da erradicação e desestímulo dos preços já adotados e as fortes geadas ocorridas no Paraná, fez com que a produção cafeeira do país se tornasse insuficiente para atendimento da demanda. Com esse cenário, o governo adotou políticas de recuperação dos cafezais, a limitação do consumo interno e a elevação dos preços pagos aos produtores;
- b) em 1970-71, o governo adotou um Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais, contemplando medidas como: formação de mudas, aquisição

⁵ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA: Programa de Ação Econômica do Governo – 1964/1966. Rio de Janeiro: Documentos EPEA, n. 1, 1964, p. 15.

de fertilizantes e incentivo ao uso dos mesmos. Esse programa se estendeu até 1972.

É importante salientar que em 1976/77 os financiamentos à produção da cafeicultura eram feitos com juros de 7% ao ano e de 1979 a 1980, esses mesmos financiamentos iam de sete até 15% ao ano. Tudo isso visava um estímulo aos cafeicultores a aderirem aos programas governamentais de mudança de padrão tecnológico.

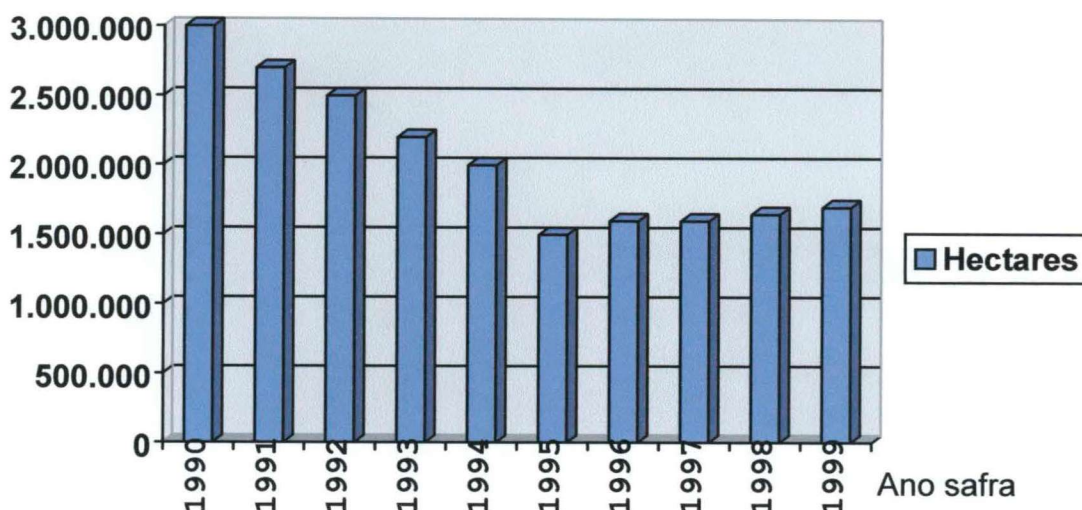
Na década de 80, os fatos ocorridos que podem ser considerados importantes foram:

- a) de 1982 a 1985 houve o término do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) e, em seguida, ocorreu a consolidação de um novo parque cafeeiro, constituído durante a década de 70 e início de 80;
- b) em 1986 desmantelou-se a estrutura do Instituto Brasileiro do Café (IBC), criado em 1952, que tinha como funções centralizar a política de controle de produção, industrialização, comercialização, exportação e pesquisa de café. Esse órgão foi extinto em 1990.

2.5 O CAFÉ NO BRASIL DA DÉCADA DE 90 ATÉ 2003

Segundo ORMOND *et al.* (1999) a produção de café no Brasil correspondeu a 27% do café produzido no mundo na década de 90. Mesmo com um parque cafeeiro implantado há quase 200 anos, o país recebeu diversas variedades de plantas, novas tecnologias, novos métodos de plantio, o que afetou a produção e a produtividade da lavoura. Mesmo assim, a área colhida (gráfico 1) de café decresceu a uma taxa anual de 2,7%, atingindo o ponto mínimo em 1995, com 1,8 milhão de hectares, área 24% inferior à de 1990.

GRÁFICO 1: CAFÉ NO BRASIL – ÁREA COLHIDA 1990/1999



FONTE: IBGE

Os estados que tiveram as maiores áreas colhidas foram: Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Bahia, São Paulo e Paraná. Contudo, nesses estados, o interesse pela cultura diminuiu em função dos prejuízos causados pelas geadas.

No Centro-Oeste, a cultura do café também foi reduzida, de 99 mil hectares para 28 mil (72%), com substituição pela soja.

Na década de 1990, o parque cafeeiro brasileiro tinha 4,4 bilhões de covas contra 3,5 bilhões de covas em 1981. Devido aos baixos preços vigentes na cafeicultura no período de 1988 a 1992, houve, no início da década de 90, a erradicação de cafeeiros pouco produtivos. Com isso, o parque cafeeiro caiu, estimando-se que havia, em 1993, 3,14 bilhões de covas. (BACHA, 1998, p. 19)

Com a fase ascendente de preços do novo ciclo plurianual, houve, desde 1993, um incremento de plantio. Esses novos plantios vêm sendo conduzidos com nova tecnologia. Em regiões acidentadas, vêm sendo empregados os sistemas semi-adensado, adensado ou super-adensado (com 5.000, 7.500 ou 10.000 pés por hectare). Nas regiões planas, o sistema de plantio vem sendo conduzido de modo a permitir a mecanização da colheita e com maior número de plantas por hectare que o vigente na década de 70. (Nesta época o plantio consistia com espaçamento 4x 1,5 ou 3,5x 1,5; isto é, 4 ou 3,5 metros entre as

ruas e 1,5 metros entre as covas, com dois pés por cova. Conseguia-se 1.666 ou 1.900 covas por hectare). (BACHA, 1998, p. 19)

A produtividade por hectare cultivado no sistema adensado é maior do que no sistema tradicional. Contudo, nem sempre o custo de produção de cada saca de café é menor no sistema adensado em relação ao sistema tradicional. A vantagem de um sistema em relação ao outro depende das condições edafoclimáticas de cada região. Para a região de Ribeirão Claro, no Paraná, constata-se que o menor custo de produção por saca é obtido no sistema adensado. Contudo, para a região de Três Pontas, em Minas Gerais, o sistema que gera menor custo por saca é o tradicional. (BACHA, 1998, p. 19)

Em 1994, Minas Gerais e Espírito Santo já se destacavam como os principais estados produtores de café no Brasil. A cafeicultura ainda se mantém no Paraná e em São Paulo, mas em pequenas “manchas” em áreas outrora de domínio dessa atividade, conforme apresentado na tabela 2.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PRODUTIVA COM CAFÉ NO BRASIL
(VALORES EM %)

Estado	1969	1981	1989	1994
Paraná	45,3	25,6	16,3	8,8
São Paulo	30,0	34,0	21,4	13,0
Minas Gerais	11,5	21,4	31,4	42,5
Espírito Santo	8,6	11,1	16,8	21,5
Outros	4,6	7,9	14,0	14,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

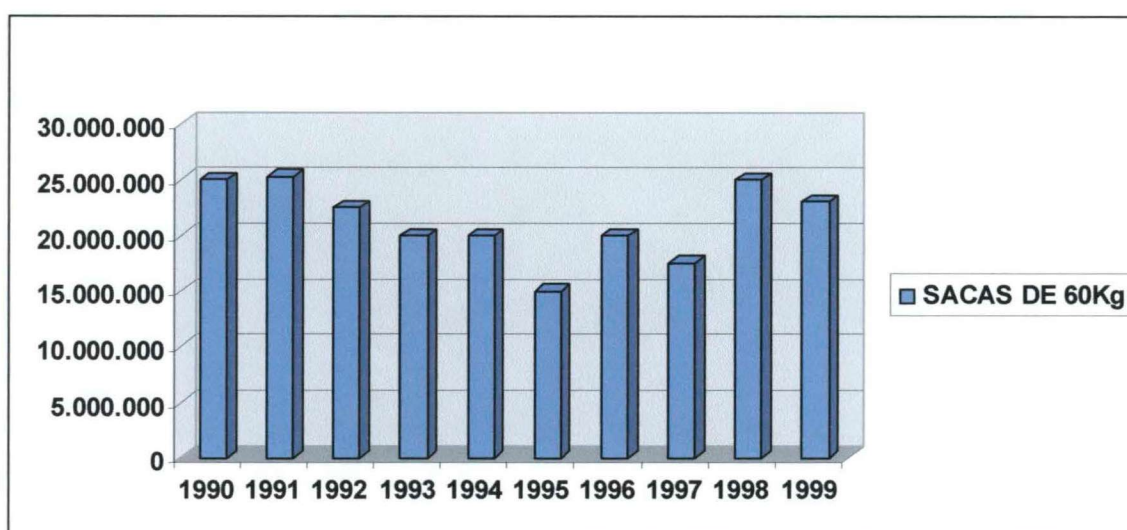
FONTE: Anuários Estatísticos do Café e Anuários Estatísticos do Brasil

NOTA: área produtiva é aquela que pode gerar produção imediatamente ou em condições climáticas normais.

O gráfico 2 apresenta uma performance da produção brasileira do café na década de 90. Observa-se que nesse período houve instabilidade econômica, queda de preços internacionais e geadas. A geada que ocorreu em 1994 ocasionou uma quebra da safra colhida de 1995 e pode-se dizer, que foi o fator de maior importância no período analisado. A produção de 24/25 milhões de sacas que se observou no início da década (1991/92), manteve um período de

acomodação no mesmo patamar do final da década passada. A partir de 1992, a produção se situou em patamar mais baixo, com tendências de queda na produção paranaense e paulista, compensadas pelo aumento da produção de Minas Gerais. Destaque para Minas Gerais que, a partir de 1994 tornou-se responsável por 45% da safra brasileira. O Espírito Santo tornou-se o segundo maior produtor em 1991, ultrapassando São Paulo. As produções no Paraná e em São Paulo, caíram a taxas anuais de 1,1% e 3,6%.

GRÁFICO 2: PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ – 1990/99



FONTE: IBGE

A safra brasileira do café para o período de 2002/2003 tem sido beneficiada pelas condições climáticas favorecedoras. No Paraná, Mato Grosso, Pará e Região do Atlântico da Bahia, as chuvas, embora em menor intensidade, ocorreram dentro da normalidade garantindo uma florada razoável e deu sustentação aos frutos. A tabela 3 ilustra o perfil do café-beneficiado, para a safra 2002/2003. Para a safra de 2004 indicam que o país poderá colher entre 30 a 35 milhões de sacas de café beneficiado, o que pode representar uma redução significativa. Dentre os fatores que influenciaram essa redução, estão: a) ciclo de baixa bianualidade na maioria das áreas de café arábica no ano anterior; b) baixo nível de tratamento fitossanitário; c) redução no nível de adubação; d) abandono de área; erradicação de cafezais mais antigos; e) práticas

culturais como podas e recepas e f) o clima desfavorável de 2003 em MG, SP, ES e parte da BA.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO POR SAFRA DA ÁREA PRODUTIVA COM CAFÉ BENEFICIADO NO BRASIL, 2002/2003

UF/REGIAO	PARQUE CAFEIEIRO				PRODUÇÃO			PRODUTIVIDADE (Sac/ha)
	EM FORMAÇÃO		EM PRODUÇÃO		(mil sacas beneficiadas)			
	Área (há)	Cafeeiros (mil covas)	Área (há)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	142.000	534.900	1.070.000	2.309.000	25.100	40	25.140	23,50
Espírito Santo	60.500	161.256	529.000	1.118.000	2.500	6.825	9.325	17,63
São Paulo	29.100	96.844	225.000	494.000	5.800	-	5.800	25,78
Paraná	9.800	37.000	128.000	307.000	2.340	-	2.340	18,28
Bahia	10.100	45.450	103.000	257.000	1.750	550	2.300	22,33
Rondônia	26.000	45.000	165.000	311.000	-	2.100	2.100	12,73
Mato Grosso	4.300	7.950	36.900	77.500	60	430	490	13,28
Pará	3.300	10.500	19.500	38.100	-	310	310	15,90
Rio de Janeiro	1.010	2.830	12.480	26.200	240	15	255	20,43
Outros	960	3.360	21.890	52.530	160	260	420	19,19
BRASIL	287.070	945.090	2.310.770	4.990.330	37.950	10.530	48.480	20,98

FONTE: CONAB

Quanto às exportações de café brasileiro, em sua maioria se constituem de café verde, isto é, café beneficiado, selecionado e ensacado. A exportação é feita por empresas privadas ou cooperativas. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT, existem no Brasil 145 empresas cooperativas exportadoras. A tabela 4 apresenta um cenário das exportações brasileiras de café verde no período de 1990 a 1997. Nesse período, a quantidade exportada praticamente permaneceu a mesma, mas as receitas de exportações de café subiram 145%. A participação na receita total das exportações, teve um aumento de apenas 26%, reflexo da concorrência de outros produtos, como a exportação de soja, de produtos manufaturados e outros. A alta de preços do café a partir de 1993, permitiu um acréscimo na receita com exportações de café verde, o que vem permitindo uma recuperação parcial desse produto na receita total brasileira com exportações.

Contudo, a principal razão para essa performance foi o aumento do consumo interno, aliado à acomodação e posterior queda da safra brasileira, até meados da década, como também, os baixos preços internacionais. A partir de 1996, ocorreu uma recuperação das exportações, coincidindo com o aumento dos preços e recuperação dos cafezais. O valor das exportações seguiu a tendência dos preços internacionais, com declínio até 1993 e recuperação a partir de 1994, como pode ser verificado na tabela 4.

TABELA 4: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ VERDE – 1990/97

ANOS	Quantidade exportada (em mil sacas de 60 kg)	Receita com as exportações de café (em milhões de dólares)	Participação na receita total das exportações (em %)
1990	14.571	1.120	4,09
1991	19.571	1.462	4,98
1992	16.421	936	3,03
1993	15.137	1.000	3,13
1994	14.557	2.189	5,82
1995	12.022	1.970	4,24
1996	12.965	1.719	3,60
1997	14.474	2.745	5,18

FONTE: Anuário Estatístico do Café – SECEX

Na década de 90, as exportações de café ficaram abaixo da média em cinco anos, dos quais quatro consecutivos, de 1994 a 1997. As exportações do café solúvel brasileiro, apresentou tendências de crescimento até 1995. Os Estados Unidos e a Inglaterra reduziram a um terço o volume de suas importações de café solúvel brasileiros, que foram compensadas pelo aumento da exportação para a Rússia, Alemanha, Japão e alguns países do Leste Europeu. Assim, em 1995, a Rússia representava 42% do destino das exportações brasileiras de café solúvel. ORMOND *et al.* (1999, p. 32) revelam que “a crise de 1998 agravou a situação do setor, diminuindo a receita em mais de 27%, como consequência direta da redução do valor das exportações para a Rússia, Inglaterra, Ucrânia, Romênia e Japão, que somaram juntas US\$ 118 milhões”.

As negociações com o café no Brasil, são feitas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), de São Paulo, que negocia lotes contendo, cada um, 100 sacas de café tipo 6, bebida dura ou melhor, com vencimento em março, maio, julho, setembro e dezembro. Apesar de o café brasileiro não ser ainda negociado na CSCE (Coffee Sugar and Cocoa Exchange), as cotações do Contrato “C” dessa bolsa são utilizadas como parâmetro de definição das cotações dos contratos na BM&F. Por isso, salvo algumas poucas exceções de caráter temporário, flutuações nas cotações da CSCE determinam as flutuações de cotações na BM&F.

Os exportadores, quando formam estoques para posterior venda, ficam sujeitos a riscos de oscilação de preços. Neste caso, eles realizam operações de hedge. Isto é, ficam comprados no físico e vendem opções no futuro. Nesta situação, os exportadores tomam a cotação na CSCE e na BM&F para negociar o preço máximo que desejam pagar no mercado interno. Esse preço é transmitido aos corretores, que os informam aos produtores. Se esse preço for vantajoso ao produtor e existir pressão de oferta (ou seja, quando a oferta é grande de modo que o “mercado é vendedor”), a cotação do mercado futuro determinará a cotação no mercado interno. Contudo, se o preço ditado pelo mercado futuro não for vantajoso ao produtor e existir pressão de compra (ou seja, quando a oferta é pequena de modo que o “mercado é comprador”), os produtores se retraem e no mercado interno a cotação ditada pelo mercado futuro não determinará a cotação interna.

Mesmo no caso de haver uma safra grande (como a de 1998/99), as condições de financiamento e os recursos próprios dos cafeicultores podem permitir a esses últimos resistir às baixas ditadas pelo mercado futuro. Após alguns dias de “mercado travado” (isto é, de pouquíssimos negócios), lado mais forte sai vencedor. E esse lado pode ser o do produtor. Assim, nem sempre cotação interna é determinada pela cotação do mercado futuro.

A participação nas exportações brasileiras passou da média de 23% para 30% na safra de 1998/99. Esse aumento foi possível graças ao crescimento da

oferta de grãos no mercado brasileiro, como também aos baixos estoques mundiais e a quebra de safra da Colômbia. “Ao término de 1999, os principais consumidores de café foram: Alemanha, EUA, Itália, Japão, Bélgica-Luxemburgo, Suécia, França, Espanha, Argentina e Grécia, com 19,5%, 15,4%, 10,4%, 9,1%, 5,8%, 4,1%, 3,5%, 3,3%, 3,3% e 2,7%, respectivamente das exportações brasileiras de café verde”. (BACHA, 1998, p. 20)

2.6 PERSPECTIVAS QUANTO ÀS EXPORTAÇÕES DO CAFÉ BRASILEIRO

As projeções de entidades internacionais ligadas ao café apontam para um consumo mundial, em 2010, na ordem de 120 milhões de sacas, que pode ser distribuído da seguinte forma: 70% de arábica e 30% de robusta. O Brasil, tido como o maior produtor mundial de café arábica, tem pouca participação no mercado de especialidades. Segundo ORMOND *et al.* (1999) a falta de ações, com o objetivo de se inserir nesse mercado, o fará desperdiçar a oportunidade de agregar valor ao café brasileiro e certamente perder participação, a longo prazo, tanto no mercado externo como no mercado interno.

Por outro lado, o crescimento dos principais mercados mundiais (Estados Unidos e União Européia) está ocorrendo por conta dos cafés especiais e o segmento exportador brasileiro ainda não se encontra capacitado para explorar esse novo mercado. Assim, o principal desafio para o país, é mostrar ao consumidor internacional a qualidade do café brasileiro, através de ações para vender especialidades em quantidade.

Por outro lado, FAVERET Filho *et al.* (2003) considera que a cultura do café no Brasil possui pontos de competitividade importantes, como custo de produção, que é referência mundial, infra-estrutura disponível melhor que a dos países concorrentes e uma cadeia produtiva que quase não possui intermediários. Contudo, o referido autor menciona que os cafezais no Brasil, na sua maioria, são de idade avançada e baixa produtividade e grande parte das torrefadoras ainda operam com equipamentos antigos e defasados tecnologicamente. Assim,

em toda a cadeia são necessários maiores investimentos: na racionalização dos cafezais, no controle fitossanitário eficiente, na adubação e calagem apropriadas.

Neste sentido, a recuperação da produção deve começar pela melhoria de produtividade e qualidade, o que pode ser observado no cerrado mineiro, onde alguma melhoria já se faz sentir, por iniciativa das empresas torrefadoras e exportadoras que estão estimulando a produção de um café de melhor qualidade.

É importante citar que ORMOND *et al.* (1999) relata que a marca Café do Cerrado, lançada em julho de 1993, objetivava garantir um diferencial de preço para o produtor. Seu primeiro lote, com 1.400 sacas, foi exportado para a Bélgica, com preço cerca de 8% superior ao que era praticado na época para o café da região. São iniciativas assim que promovem o café brasileiro no exterior e facilitam a entrada de dólares na economia nacional.

A adoção do Certicafé, em 1997, fortalece essa iniciativa. Esse sistema é o primeiro que se tem notícia, pois permite conhecer as origens do café nacional, que são fiscalizados pelo IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária.

2.7 BARREIRAS ÀS EXPORTAÇÕES DO CAFÉ E A DESREGULAMENTAÇÃO

O café brasileiro não sofre a incidência de barreiras tarifárias na União Européia nem nos Estados Unidos. Por causa disso, as exportações do produto para essas regiões não serão afetadas pela liberalização comercial. O mesmo não ocorre, entretanto, com os cafés industrializados solúvel, torrado e moído.

O Brasil exporta café verde beneficiado, selecionado e ensacado, ou seja, *commodity*. No mercado externo, os Acordos Internacionais do Café limitam a oferta através da instituição de cotas, que atua negativamente no incremento do consumo, porque restringe a oferta e eleva os preços. Como o país é reconhecido como produtor de quantidade e não de qualidade, esse aspecto influi negativamente, por contribuir para a diminuição da participação brasileira no mercado mundial.

ORMOND *et al.* (1999) indica que a União Européia estabelece taxas de importação para o café solúvel brasileiro: que em 1997 eram de 10,1%; de janeiro a junho de 1998, 9,1%; de julho a dezembro de 1998, 8% e, em 1999, 10,5%. Esse protecionismo europeu visa preservar a competitividade das indústrias que importam o café verde e o industrializam. Ao mesmo tempo, as indústrias de solúvel dos países concorrentes ou são isentas de imposto de importação ou são taxas com alíquotas menores ao ingressar no mercado europeu. Se o Brasil expandir sua produção e industrializar o café, pode configurar um volume considerável e abalar as estruturadas da indústria do café na Comunidade Européia.

No caso do café torrado e moído, a tarifa vigente na União Européia varia de 7,5% a 9%. Nos Estados Unidos, solúvel e torrado e moído brasileiros não enfrentam barreiras tarifárias. (ABIC, 2003)

Com a abertura comercial dos anos 90, o Brasil pode ser considerado como um ganhador da redução tarifária, porque receberia as mesmas regras de preferência adotadas para países como a Colômbia e Equador e América Central.

A desregulamentação do mercado de café, as transformações da economia brasileira e as mudanças de hábitos de consumo, podem mudar as formas de negociação para os agentes do sistema agroindustrial do café, abrindo novas oportunidades de negócios.

Contudo, os países que já possuem o regime de liberdade de mercado, estão adotando diferentes estratégias, visando retirar o máximo de proveito da situação. No Brasil, essa desregulamentação do mercado tem promovido uma grande competição entre as empresas, e aquelas que possuem capacitação para controle de custos, qualidade, política de recursos humanos e integração das atividades comerciais, podem ser beneficiadas.

2.8 O MERCADO INTERNO DE CAFÉ

O consumo brasileiro de café passou de 2,9 quilos *per capita* em 1992 para 3,6 quilos em 1998, com um crescimento de 24%, graças ao incentivo do consumo e ao aumento de renda após o Plano Real. Outros fatores também influíram, como a melhoria da qualidade do café oferecido ao consumidor e o fim do tabelamento de preços, o que possibilitou o surgimento de cafés de qualidade e preço diferenciados.

O consumo do café pelos brasileiros ainda utiliza principalmente o café coado (88%). O café solúvel ocupa 12% do consumo nacional e as outras formas (expresso, *capuccino*, *gourmet* etc.), tem pouca significação.

O supermercado pode ser considerado como o principal canal de comercialização do café com 82% da preferência dos brasileiros, sendo que 18% dos restantes, referem-se as padarias e mercearias. A embalagem mais utilizada atualmente é a almofada (87,6%).

Por sua vez, a implantação do selo de pureza nas embalagens do café passou a ser reconhecida como um indicador de qualidade e 540 empresas no Brasil, já o utilizam, englobando 60% do total de café produzido no Brasil. ORMOND *et al.* (1999) revela que a melhoria de renda e da qualidade do café foram fatores importantes na reversão da queda do consumo, que caiu de 4,7 kg *per capita* na década de 60 para 2,3 kg *per capita* em meados dos anos 80, mas retornou ao nível de 3,6 kg *per capita* em 1998.

2.9 A INDÚSTRIA DO CAFÉ E OS NOVOS PRODUTOS

No Brasil até o final da década de 90 a indústria de torrefação e moagem era formada por 1.630 empresas, com 81% delas sediadas nas regiões Sul e Sudeste, segundo a ABIC (1998b) e, 11 empresas de café solúvel destinando suas produções aos mercados interno e externo.

Segundo MORICOCI *et al.* (1997, p. 10), o Brasil respondeu por 60,4% do total mundial exportado de café solúvel, seguido pela Colômbia com 11,6%. Os principais países consumidores de café solúvel do Brasil são: Rússia, EUA (com 59,2% do total) e países da União Européia. A indústria do café solúvel veio modificar a prática do mercado internacional, principalmente da produção americana, que utilizava café robusta na fabricação, com sabor e aroma inferior.

A indústria de solúvel brasileira destina a sua produção para o mercado interno e externo. No ano de 1997, o Brasil respondeu por 56% do total mundial exportado desse tipo de café, sendo que essa participação caiu em 1998 para 42,7%.

As exportações brasileiras desse tipo de café foram prejudicadas para países da União Européia com taxações para o café solúvel de 9,1% em 1997 e 8% no período de julho a dezembro de 1998, elevando-se para 10,5% em 1999. Simultaneamente, as exportações de café solúvel colombiano e equatoriano para a União Européia foram isentas desta tarifa adicional. (BACHA, 1998, p. 20)

O protecionismo europeu, somado ao alto preço da saca do café robusta (matéria-prima para elaboração do café solúvel) pago no mercado interno, fez com que a cotação interna de café aumentasse e com isso tem levado o Brasil a exportar quantidades menores do café solúvel, conforme se observa na tabela 5.

TABELA 5: QUANTIDADE E RECEITA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ SOLÚVEL

	1994	1995	1996	1997
Quantidade (em mil toneladas)	62,2	58,3	55,9	52
Receita (em milhões de US\$)	346	456	376	349

FONTE: Balança Comercial – SECEX/MICT

Mas não é só o café solúvel que está sendo explorado. Os produtos orgânicos estão também ampliando a sua participação no mercado. Com isso, o café orgânico ganha importância, porque é produzido de acordo com práticas naturais e utilizando adubação orgânica, que tem capacidade de reestruturação

do solo, contribuindo para evitar a erosão e recuperar terras degradadas ou solos arenosos. O café orgânico tem sido uma alternativa que pode ser explorada, devido a demanda crescente em muitos países, como nos Estados Unidos e Japão.

ORMOND *et al.* (1999) revela que no Brasil, apenas 10 mil sacas desse tipo de café, são comercializadas no mercado mundial e estima-se que existam apenas 100 cafeicultores produzindo esse tipo de café no mundo. O preço do café orgânico é bastante valorizado e pode chegar a duas vezes o praticado no mercado tradicional.

3 A CAFEICULTURA NO PARANÁ

3.1 A CULTURA DO CAFÉ NO ESTADO, NO PERÍODO QUE ANTECEDEU A II GUERRA MUNDIAL

A partir de 1930 a cultura do café no Paraná sofreu com as modificações impostas pelo Governo Federal: o Decreto 19.688 de 11.02.31 estabelecia a compra e queima do café retido, a proibição do plantio por cinco anos e uma cobrança de um imposto em espécie de 20% a cada safra, segundo CANCIAN (1981, p. 30).

A defesa permanente desembocou na crise de 1929 com muitas conseqüências nos anos trinta. Seu pior aspecto, segundo CANCIAN (1981, p. 135), foi, possivelmente, não a terem reconhecido em sua profundidade de imediato. Sem o menor conhecimento da capacidade de produção, dos estoques acumulados, das possibilidades de absorção dos mercados externos, as primeiras medidas foram os paliativos costumeiros: moratória para a lavoura, emissão de papel moeda, empréstimos externos, baixa dos salários.

Houve a proibição do plantio para os estados que tivessem mais de 50 milhões de pés de café, atendendo-se assim, às solicitações do Paraná, que possuía menos de 50 milhões de cafeeiros e não pretendia ver nenhum obstáculo à produção em novas terras.

Outrossim, o Paraná tinha intenção de atrair o café para suas terras, em virtude de que esse produto era o que mais trazia divisas para o Brasil e o setor agrícola era o mais defendido pelo Governo Federal. Havia também outra razão para isso: a concessão de terras pelo Estado a particulares, a partir da década de 20, atraía muitos produtores ao Estado.

Segundo PADIS (1981, p. 127), “o café participava com 14,4% do valor total das exportações do Estado em 1935”, o que indicava que este produto se transformaria brevemente no principal produto e na atividade condutora da economia paranaense.

Em razão disso, o governo paranaense tomou medidas visando a exportação do café pelo porto de Paranaguá, ao invés de Santos. Contudo, essas medidas não foram reconhecidas pelo Governo Federal, que estipulou uma quota máxima de 84 mil sacas para serem exportadas pelo porto paulista, sob os protestos do governo paranaense. Esse problema se estendeu por duas décadas, mas foram estabelecidas novas ligações rodoviárias com o Porto de Paranaguá, o que permitiu uma melhor vazão da safra paranaense. A tabela 6 ilustra o perfil da exportação brasileira de café, por porto de embarque no período de 1947 a 1967. Note-se que o Porto de Paranaguá, foi ganhando aos poucos uma carga maior de exportações do café, e no último ano já exportava um total de 33,0% do total. Praticamente o que o porto de Santos perdeu, veio para o Paraná. O aumento significativo a partir de 1961 deveu-se à construção da chamada “rodovia do café” em 1961, no Paraná.

TABELA 6: EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ, POR PORTO DE EMBARQUE
1947/1967 – Em 1.000 sacas de 60 kg

Ano	Total	Santos	Santos/ Total - %	Paranaguá	Paran./ Total %	Outros	Outros/ Total - %
47/49	51.548	32.436	62,9	4.277	8,3	14.835	28,8
50/52	47.014	24.170	51,4	8.112	17,2	14.732	31,4
53/55	40.176	19.349	48,2	7.289	18,1	13.538	33,7
56/58	44.018	22.061	50,1	8.088	18,4	13.869	31,5
59/61	51.513	22.382	43,5	9.399	18,1	19.732	38,4
62/64	50.839	20.331	40,0	13.808	27,2	16.700	32,8
65/67	47.859	19.363	40,5	15.783	33,0	12.713	26,5

FONTE: IBC – Anuário Estatístico do Café, 1968.

Em 1940 houvera uma redução de safra em razão das secas, mas ainda era necessário uma retirada de sobras para manter o equilíbrio entre a procura e oferta. Neste sentido, houve a prorrogação da proibição de novos plantios no Brasil até 1943 o que desta vez atingiu também o Paraná, que neste período já ultrapassava a quota de 50 milhões de cafeeiros. (CANCIAN, 1981, p. 37)

Contudo, com as geadas de 1942, que atingiram o Paraná e São Paulo, o governo retirou a proibição de plantio e a partir daí instituiu prêmios para

incentivar as exportações, porque os produtores passaram a reter estoques, numa tentativa de forçar a alta de preços do produto.

3.2 A CULTURA DO CAFÉ NO PERÍODO APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os países europeus entraram no mercado, dispostos a pagar preços maiores que os praticados pelos Estados Unidos. Com isso, o Paraná começou a incentivar novamente o plantio dos cafeeiros. PADIS (1981, p. 134), revela que “os preços do café entre 1944 e 1953 multiplicaram-se nada menos que 6,7 vezes e os dos demais produtos agrícolas 3,6 vezes, enquanto os dos produtos industriais sofreram um aumento de apenas 90%”.

Assim, o dinamismo da cultura do café, por muitos momentos em sua história foi importante para a economia paranaense. “É válido afirmar-se que durante o período em que vigorou a política cambial de taxa fixa (1947/53), a cafeicultura paranaense sofreu – na dimensão do aumento da sua produção e da desvalorização interna da moeda – uma transferência de parte de sua renda em favor do setor industrial” (PADIS, 1981, p. 136)

O aumento da renda interna do Paraná, de 1947 a 1959, que foi de 54,0%, segundo PADIS (1981) deve-se ao aumento da safra do café, bem como de sua expansão (marcha para o oeste), onde uma parte dessa renda era utilizada em investimentos no próprio Estado e a outra migrava para a região industrial de São Paulo, ao invés de fomentar a indústria local. Por este fato, pode-se dizer que o café não ajudou a implementar a infra-estrutura necessária à industrialização do Estado do Paraná, como ocorrera na industrialização de São Paulo.

O mesmo PADIS (1981, p. 193) expõe a relação entre a cultura do café e o fomento da nascente indústria nacional, justificando:

A principal causa do carreamento de parte da renda gerada no Estado, para outros centros do País, tem seus fundamentos no seguinte: o setor cafeeiro apresentava as maiores vantagens dentro do Estado para os investimentos dos capitais acumulados. Dessa forma, nenhuma outra

atividade seria suficientemente remuneradora e, portanto, atrativa desses investimentos. E, sendo assim, não se criavam condições para a diversificação da produção. Em conclusão, pois, foi justamente a alta rentabilidade da cafeicultura que limitou, de início, a destinação de recursos para outras atividades.

Portanto, a cafeicultura paranaense, no mesmo tempo em que foi a maior responsável pela rápida transformação econômica registrada no Estado, em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criou barreiras e limitações no aparecimento de outras atividades econômicas, especialmente industriais. Foi assim que, pelos condicionamentos históricos criados, os efeitos multiplicadores dos investimentos realizados fizeram-se sentir apenas num sentido: ampliaram ou criaram condições de desenvolvimento às atividades ligadas ou decorrentes de cafeicultura. O café no Paraná ganhou portanto, significado diferente do que teve em São Paulo, pois, enquanto nesse Estado as poupança excedentes desnecessárias para os reinvestimentos na própria agricultura (ou especialmente, cafeicultura) dirigiram-se para os investimentos industriais dentro do próprio estado, isso não ocorreu, pois, à época em que ali se desenvolveu a cafeicultura, a demanda de produtos industrializados já era quase plenamente satisfeita pela produção paulista.

Nessa época o café atingiu grande impulso expansionista, o que serviu para impulsionar a fronteira agrícola do Estado, trazendo consigo um aproveitamento cada vez mais intensivo do solo, a dinamização das lavouras temporárias e pastagens e o incremento populacional regional. CANCIAN (1981, p. 90) mostra que “a população das áreas cafeeiras, abrangendo o Norte Pioneiro, Norte Novo e Novíssimo, em 1920 era de 72.627 habitantes, passando em 1970 a 4.428.010 habitantes, num incremento de 6.096,9%”.

Assim, por um logo período de sua história (décadas de 1950 e 1960), o café foi o principal gerador de riquezas no Paraná, favorecendo a fixação do trabalhador no meio rural e viabilizando economicamente as pequenas e médias propriedades agrícolas do Estado.

Porém, a economia cafeeira do norte do Paraná, integrada ao desenvolvimento paulista nessa época, já havia completado seu processo de expansão no território paranaense e a produção do café, embora dinâmica e responsável por trazer uma agricultura diversificada para o Estado, não foi capaz de impulsionar as atividades industriais.

No final da década de 50, o Paraná, embora tendo uma agricultura diversificada, não via possibilidades de expansão devido à falta de infraestrutura que o fizesse participar mais ativamente no mercado nacional. Este isolamento da economia paranaense em relação ao núcleo industrial São Paulo era o responsável pelo marasmo do desenvolvimento industrial paranaense, e a não inserção do Paraná no setor condutor da economia brasileira, por não abrir perspectivas a uma diversificação da economia estadual que criasse as condições necessárias.

3.2.1 Período 1960/1990

“Em 1960, o Paraná produziu quase um terço da produção mundial do café, metade da produção brasileira, quase o dobro da produção africana e três vezes a produção colombiana”, segundo CANCIAN (1981, p. 122). No entanto, a partir da expansão desenfreada, a queda do preço do café no mercado internacional, levou o governo a incentivar programas de erradicação para reduzir a produção brasileira e recuperar os preços no mercado mundial. Essa situação agravou-se a partir de 1975, com as geadas que dizimaram os cafezais no Paraná. Essa é a época em que começou a expansão das culturas de soja e trigo, que substituíram as áreas dos antigos cafezais.

O ano de 1962 foi marcado por um grande crescimento na economia paranaense, especialmente por haver boa safra cafeeira, mas se acreditava ser esse o limite e se buscava a diversificação econômica do Estado, ainda mais que não houvesse outro produto agrícola capaz de substituir o café e além disso, a infraestrutura de 1969 era a mesma de 1939, ou seja, estava estagnada. Isto pode ser visto na tabela 7, onde pode-se comparar a evolução das produções brasileiras e paranaense de café. No período de 1961/62 a produção paranaense de café foi responsável por 54,0% do total e, no período seguinte, alcançou 62,2%. Por outro lado, a produção brasileira que era no início da década de 29,8 milhões de sacas, baixou para 17,4 milhões no período de 1980/81. A

participação do Paraná, que era de 47,9% no período de 1960/61 também baixou para 17,2% em 1980/81.

Em 1970 o café estava em plano decididamente secundário. Era apenas sombra do que fora. A maior parte das terras estava ocupada por pastagens e lavouras temporárias, onde predominavam as fazendas mistas. O gado, que era o princípio fora ali estabelecido para o simples invernagem e engorda, num período de transição, evoluiu para o criatório.

Como se vê, até 1969 o café representava praticamente 40% do produto do setor agrícola paranaense mas, a partir da safra 63/64 (com exceção das safras de 65/66) ocorreram grandes modificações e a produção apresentou uma inversão na tendência de crescimento dos anos anteriores, devido ao efeito da superprodução no comércio internacional, à política de erradicação, às geadas e ao incentivo do Governo para modificações nas técnicas de cultivo e para limitar a produção em áreas que se enquadrassem a certos padrões quanto ao clima, tipo de terreno e outros.

TABELA 07 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE DE CAFÉ
(Em milhões de sacas beneficiadas) – 1960/61 a 1980/81

ANOS	PRODUÇÃO BRASILEIRA	PRODUÇÃO PARANAENSE	PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ %
1960/61	43,8	20,4	46,5
1961/62	29,8	14,3	47,9
1962/63	39,6	21,4	54,0
1963/64	28,9	18,0	62,2
1964/65	23,2	9,5	40,9
1965/66	8,3	3,6	43,3
1966/67	37,0	20,4	55,1
1967/68	18,8	7,7	40,9
1968/69	24,5	12,9	52,6
1969/70	17,0	8,3	40,8
1970/71	20,6	12,3	59,7
1971/72	11,0	1,6	14,5
1972/73	24,6	12,8	52,0
1973/74	24,5	9,7	39,6
1974/75	28,1	11,5	40,9
1975/76	22,2	11,7	52,7
1976/77	6,0	0,0	0,0
1977/78	16,1	1,8	11,2
1978/79	20,0	4,6	23,0
1979/80	21,6	2,0	9,2
1980/81	17,4	3,0	17,2

FONTE: IBC – Anuário Estatístico do Café – 1976 e 1981.

A tabela 8 apresenta a evolução da população cafeeira (número de cafezais plantados) no Brasil e Paraná, no período de 1960 a 1980. Como se vê, houve um decréscimo da ordem de 35% na população cafeeira paranaense na década de 60, representando 448 milhões de pés de café erradicados. Na década de 70, o decréscimo foi da ordem de 11%, enquanto que na população cafeeira total brasileira houve um aumento de 66%.

TABELA 8 – POPULAÇÃO CAFEEIRA – PARANÁ – BRASIL – 1960 A 1980 (1000 COVAS)

ANO	PARANÁ	BRASIL
1960	1.286.700	4.325.000
1961	1.281.008	4.305.861
1962	1.295.465	4.025.581
1963	1.316.418	3.676.111
1964	1.167.000	3.491.200
1965	994.600	3.198.800
1966	933.000	2.625.600
1967	845.700	2.319.800
1968	848.927	2.310.347
1969	838.471	2.304.371
1970	816.128	2.228.368
1971	834.105	2.271.205
1972	850.047	2.334.017
1973	904.166	2.639.609
1974	915.517	2.762.067
1975	876.047	2.761.266
1976	665.172	2.564.953
1977	763.647	3.059.408
1978	835.311	3.347.063
1979	828.077	3.442.750
1980	719.074	3.333.043

FONTE: IBC – Anuário Estatístico do Café 1976/1984.

A partir da década de 80, ocorreram novas transformações na pauta de produtos agrícolas do Paraná. Essas alterações foram conseqüências da redução na área com reflorestamento e pastagens plantadas. Outro fator é a substituição de culturas básicas, como por exemplo o arroz, feijão, milho e algodão por soja, e em menor grau, o trigo. Esta diversificação de produtos agrícolas no estado foi a seguinte:

TABELA 9: VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NA ÁREA PLANTADA NO PARANÁ NOS PRINCIPAIS PRODUTOS

PRINCIPAIS PRODUTOS	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO PERCENTUAL
	1970-1980 (ha)	1970-1980 (%)
Algodão	-111.413	-24,9
Arroz	-62.191	-13,4
Café	-148.400	-14,2
Cana-de-açúcar	23.222	63,2
Feijão	24.849	3,2
Milho	281.691	15,0
Soja	2.115.789	695,5
Trigo	1.312.402	456,3

FONTE: SEAG-DERAL

Como se vê, houve no Estado o crescimento das lavouras de soja, bastante tecnificadas e mecanizadas, substituindo a do café, que nessa época começa a declinar. A visível expansão da soja mostra que foi a principal cultura a propiciar a tecnificação e modernização da agricultura paranaense.

Como a soja era o principal produto, surgiram as indústrias de beneficiamento de óleos vegetais, assentadas no capital multinacional, para atender o mercado nacional e o de exportação. Note-se que a presença do capital multinacional nos setores produtivos, principalmente no setor agro-industrial do estado, proporcionou o aumento de empregos e salários. Este último possibilitou o incremento do setor industrial que visava produzir bens de consumo aos assalariados.

Na década de 70 percebe-se, também, a mudança na organização industrial do Estado do Paraná, onde é cada vez mais latente a participação do capital estrangeiro e de outros Estados, principalmente de São Paulo. Como se pode ver, já não é o café o principal produto incentivador da industrialização do Estado, substituído pelo desenvolvimento de setores como a metal-mecânica e de materiais elétricos, para atender a demanda por tratores e maquinário agrícola e, de geração e distribuição de energia elétrica (tabela 10).

TABELA 10: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS GRANDES EMPRESAS DO PARANÁ NO VALOR AGREGADO (VA) DE PRODUTOS INDUSTRIAIS – 1970/80

GRUPO INDUSTRIAL	Nº TOTAL DE EMPRESAS DO GRUPO	Nº DE GRANDES EMPRESAS	% DAS GRANDES EMPRESAS NOVAS
Beneficiamento de café, cereais e produtos afins	1204	6	28,42
Fabricação de açúcar	4	1	72,16
Abate de animais	120	2	40,20
Café Solúvel	2	2	100,00
Rações balanceadas e alimentos preparados para animais	19	3	66,47
Moagem de trigo	44	1	50,43
Preparo de leite e fabricação de laticínios	37	3	62,16
Beneficiamento de fibras têxteis	36	4	38,47
Desdobramento de madeira	1413	31	40,85
Produção de madeiras compensadas, aglomeradas e prensada	691	2	27,44
Papel e celulose	17	1	61,10

FONTE: IPARDES (1994)

Na década de 80 as políticas agrícolas tiveram grande impacto sobre a agricultura, o que influenciou a decaída dos produtos agrícolas paranaenses, como o café, o trigo e o algodão. A produção de café, que era de 248.000 toneladas no início da década, baixou para 208.554 no final dela, segundo o IPARDES (1994). No entanto, a soja e a cana-de-açúcar obtiveram bom preço nessa década, o que as auxiliou a manter o seu ritmo de expansão. Assim, nessa década o café não contribuiu para a industrialização do Estado, pois sua cultura deu lugar à outras culturas que na época eram mais rentáveis.

Por sua vez, a crise econômica nacional, ocorrida ao longo da década de 80, afetou negativamente a agricultura paranaense, reduzindo as suas taxas de crescimento e a sua participação na composição global do PIB estadual, comparativamente à década anterior. Essa crise restringiu as políticas de crédito, bem como inibiu o processo de transformação e crescimento das atividades agrícolas.

Contudo, a indústria paranaense obteve ao longo dos anos 80, um crescimento maior que a indústria nacional. Mesmo diante de um cenário econômico instável, consegue crescer mais do que a economia brasileira,

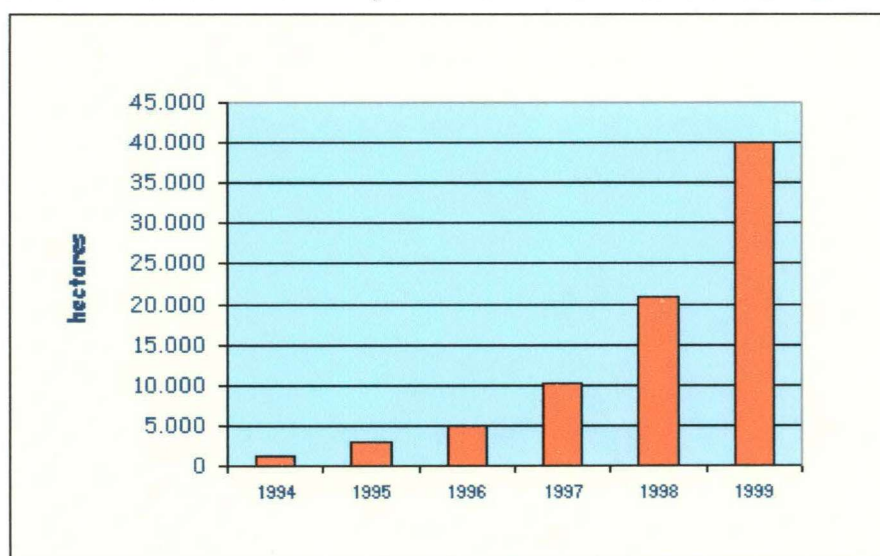
atingindo a taxa média de 4,0% a.a., enquanto a economia brasileira atinge apenas 2,2% a.a.. (IPARDES, 1994)

3.2.2 Período de 1990 até 2003

A partir da década de 90, inicia-se uma nova fase da cafeicultura no Estado, com a utilização de insumos e tecnologia mais moderna, a erradicação dos cafezais improdutivos, e o emprego de variedades de maior produtividade.

Assim, foi implantado o Programa Integrado para Revitalização da Cafeicultura, o “Café Adensado”, com os seguintes objetivos: aumento da rentabilidade e estabilidade econômica dos cafeicultores; redução de custos de produção e melhoria da qualidade do produto. O gráfico nº 3 apresenta a evolução da produção de café adensado, no período de 1995/99. Note-se que o aumento da área de produção avançou significativamente, o que revela o interesse dos agricultores em aumentar a área de plantio. Em razão disso, o café adensado passou a representar 26% da área plantada total do Estado.

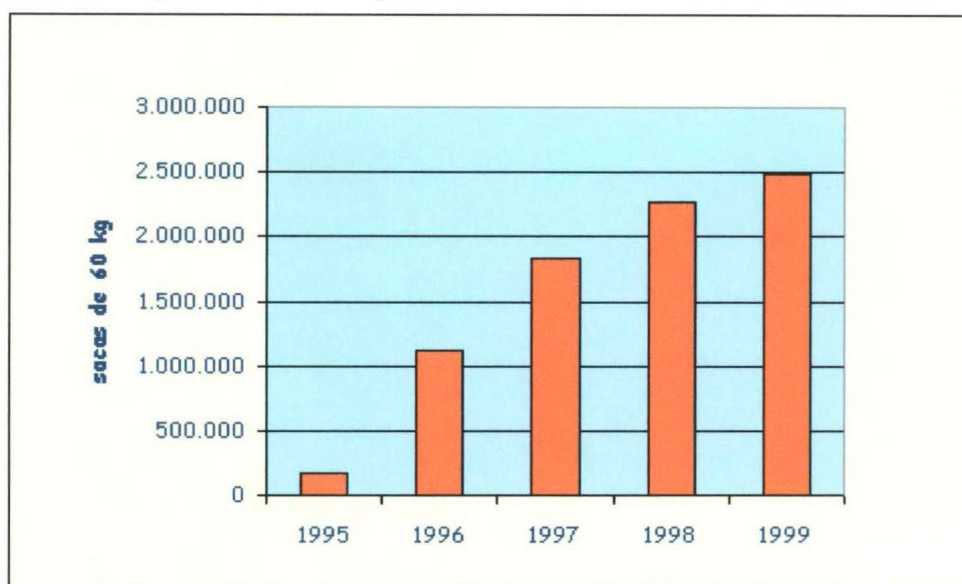
GRÁFICO 3: CAFÉ - PARANÁ - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE CAFÉ ADENSADO – 1994 - 1999



FONTE: SEAB/DERAL

O gráfico nº 4 apresenta a evolução da produção do café beneficiado no Paraná, no período de 1995 a 1999. A produção nesses quatro anos aumentou muito, mesmo após as geadas ocorridas em 1994, que afetaram a safra de 1995. O sucesso desse método de plantio merece ser mostrado, porque contribui para a promoção do Estado no cenário nacional.

GRÁFICO 4: CAFÉ – PARANÁ
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ BENEFICIADO - 1995 - 1999

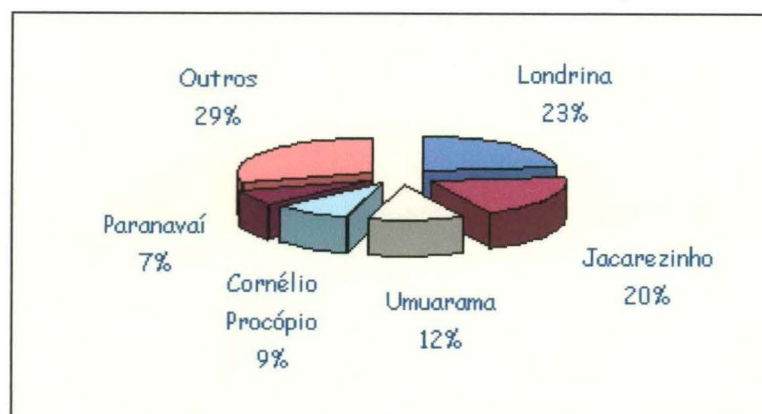


FONTE: SEAB/DERAL

O Paraná participa atualmente com 8,3% da produção nacional, que no período foi de 23 milhões de sacas anuais, posicionando-se como o quarto produtor nacional de café arábica e robusta e no terceiro lugar, quando se considera apenas o café arábica.

A área plantada no estado situa-se em torno de 156.000 ha, dos quais 136.000, ou seja, 87%, estão em produção. O plantio está concentrado nas Regiões Norte e Noroeste, com destaque para os Núcleos Regionais de Londrina, Jacarezinho e Umuarama, que responderam por cerca de 54% da produção estadual em 1999 (Gráfico 5).

GRÁFICO 5: CAFÉ – PARANÁ
PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS REGIONAIS NA PRODUÇÃO ESTADUAL - 1999



FONTE: SEAB/DERAL

De acordo com Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), estão instaladas, no Paraná, cerca de 140 indústrias de torrefação de café. Deste total, 46 são filiadas à ABIC, as quais ofertam 102 marcas de café ao mercado consumidor. As indústrias beneficiaram, em média, 940 mil sacas por ano, no período de 1998 e 1999. Mais de 35% das unidades industriais estão localizadas fora das regiões produtoras e Curitiba é a cidade que concentra o maior quantidade de torrefadoras. O Paraná destaca-se na produção brasileira de café solúvel e, em 1996, contribuiu com 44 % das exportações brasileiras. O consumo paranaense de café torrado e, ou, moído está estimado em 784 mil sacas de 48 kg por ano, o que equivale a 4,06 kg/hab/ano ou a 710 xícaras de 50 ml/hab/ano. (DEMARCHI, 2003)

No período que vai de 1994 a 2003, conforme a tabela 11, a área de café adensado que era de 1.200 ha em 1994, passou para 54.190 ha em 2003, ou seja, teve um aumento de 450%, bem maior do que o café tradicional que teve seu empenho reduzido em 256%. As severas geadas de 2000 trouxeram uma quebra de safra na ordem de 85%.

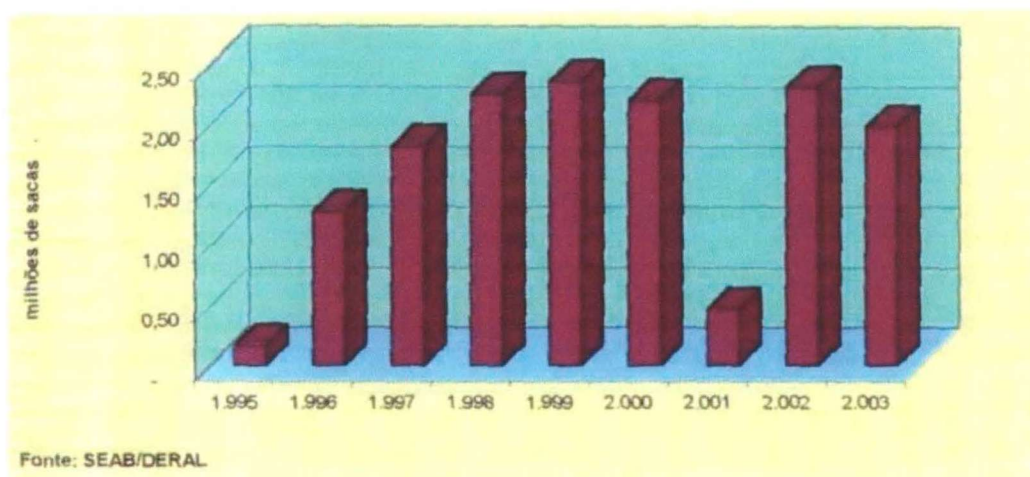
TABELA 11: ÁREA PLANTADA NO PARANÁ (em ha)

SAFRA	ÁREA PLANTADA (há)			
	TRADICIONAL	DOBRADO	ADENSADO	TOTAL
1993/94	189.219		1.200	190.419
1994/95	138.039		3.100	141.139
1995/96	131.860		5.000	136.860
1996/97	118.000	4.900	18.400	141.300
1997/98	110.000	7.200	28.700	145.900
1998/99	109.300	8.800	39.000	157.100
1999/00	104.567	10.518	48.810	163.895
2000/01	94.174	9.213	46.212	149.599
2001/02	88.704	10.165	48.266	147.135
2002/03	73.832	6.753	54.190	134.775

FONTE: SEAB/DERAL

O gráfico 6 apresenta a evolução da produção de café no Paraná no período de 1995 a 2003. Nos últimos 8 anos o Paraná, colheu em média, 1,8 milhão de sacas anuais. O Estado participa com 6% da produção nacional e sua produção está calculada em 28 milhões de sacas anuais. Em função das geadas de 2000, que provocaram a quebra na safra de 2001, a evolução da produção no Estado ficou muito prejudicada, mas voltou aos níveis anteriores já a partir de 2002.

GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO PARANÁ - 1995 A 2003



Na década de 90, e até 2003, o Paraná se destacou na sua agricultura, por ser uma das mais fortes do país, com os seguintes produtos: a soja, o café, o trigo, o algodão, o milho, a batata e a cana-de-açúcar. Contudo, a economia paranaense tem se apoiado no setor agroindustrial, em função do bom desempenho da agropecuária e tem conseguido diversificar a sua pauta de produção, com a concentração e verticalização das plantas agroindustriais, como afirma URBAN (1995).

CONCLUSÃO

O Estado do Paraná tem se destacado como um dos estados mais dinâmicos da economia brasileira. Pelo que se observou na presente monografia, a economia paranaense passou por duas importantes fases a partir dos anos 30, com a expansão do café, tornando o Estado o principal produtor brasileiro. Na década de 60 a produção exagerada ajudou a desequilibrar a oferta e a demanda do produto no mercado internacional. Outrossim, esta fase praticamente acabou no final da década de 60, devido ao declínio a produção cafeeira. Nessa época a economia do Paraná era voltada totalmente para o setor primário da economia, com poucas indústrias. Foi nesta época que se consolidou a agroindústria, em virtude do potencial agrícola estadual.

Como incentivador do desenvolvimento paranaense, o café contribuiu significativamente ao longo de sua história. Todavia, como o Estado dedicou muito tempo de sua história à produção de um produto primário-exportador como o café, que agrega pouco valor, contribuiu para que o processo de industrialização se realizasse tardiamente.

Com a ausência de uma estrutura produtiva industrial, levou o Estado a necessidade de importar produtos industrializados, implicando na transferência de renda e emprego àqueles estados mais dinâmicos, como São Paulo.

A década de 70 foi extremamente favorável para todas as economias, face o movimento expansivo do capitalismo nacional e internacional. Nesse período, o Estado atingiu elevadas taxas de crescimento, consideravelmente superiores às taxas da economia nacional. Nesta época, também ocorreu a modernização do setor agrícola, que possibilitou o aumento da produtividade, principalmente em função de dois produtos dinâmicos: a soja e o trigo, que mudaram a pauta produtiva do Estado.

A década de 80 foi cenário de uma inflexão dos investimentos, recessão e crescente surto inflacionário no Brasil, o que reduziu o crescimento da economia nacional, assim como o da economia paranaense.

Todavia, o Paraná ainda conseguiu manter um crescimento superior à média nacional, por conta da diversificação da indústria, da continuidade do processo de

modernização agrícola, da incorporação de novos segmentos da indústria pesada de bens de capital e intermediários, como também, da implementação de indústrias de novas tecnologias. Nesta década, os gêneros que mais se destacaram são os produtos alimentares, a química, a mecânica, material elétrico, de comunicação e de transporte, ratificando a diversificação da estrutura produtiva.

Da década de 90 em diante, ocorreu uma transição, na qual a economia paranaense tem buscado diversificar ainda mais a sua indústria através de um elevado nível tecnológico. As perspectivas para a economia paranaense, são ótimas, devido a existência de infra-estrutura adequada e à sua localização favoráveis as políticas de fomento ao desenvolvimento industrial.

Entre as tendências para o café, existe a produção de tipos especiais no Paraná, como o café adensado, a revitalização da cultura e a produção de café solúvel. Todas essas medidas tem trazido bons reflexos para a economia do estado, que num futuro próximo, o estado poderá dar continuidade ao seu desenvolvimento, atingindo altas taxas de crescimento e, conseqüentemente melhorando o nível de renda e emprego da economia.

Assim, o café poderá se tornar uma ótima fonte de divisas para o estado, auxiliando-o na sua industrialização e na geração de riquezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Carlos José Caetano. A cafeicultura brasileira nas décadas de 80 e 90 e suas perspectivas. *Revista Preços Agrícolas*, agosto de 1998.

BELL, John Fred. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Zahar, 1961.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900/1970**. Curitiba: Grafipar 1981.

DUQUE, Hélio. **A luta pela modernização da economia cafeeira** (assim agem as multinacionais). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

FAVERET Filho, Paulo *et al.* **Agropecuária e Agroindústria**. Disponível em www.bndes.gov.br Acesso em 01/novembro/2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 7ª ed. São Paulo: LTC, 2000.

IBC – **Anuário Estatístico do Café – 1976 e 1984**.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1994.

LIMA, Heitor Ferreira. **História Político-Econômica Industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1976.

MORICOCCHI, L. *et al.* Produção de café nos países concorrentes do Brasil e tendências do consumo mundial” *In Informações Econômicas*. São Paulo, 27(5):7-24, maio de 1997.

ABIC – **Associação Brasileira da Indústria de Café**. Disponível em www.abic.com.br/jornal/materia. Acesso em 01/set/2003.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hictec/Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

ORMOND, José Geraldo Pacheco *et al.* Café: (re)conquista dos mercados. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro: n. 10, p. 3-56, set. 1999.

DEMARCHI, Margorete. **Aspectos da agropecuária paranaense**. Disponível em demarchi@pr.gov.br. Acesso em 23/set./2003.

MACHADO, Luciano Ribeiro. **Histórico do desenvolvimento do cultivo do café no Brasil**. Disponível em www.historiadocafe.com.br. Acesso em 12/julho/2003.

URBAN, Maria Lúcia de Paula. Dilemas da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n. 84, janeiro/abril 1995.